



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## 2.º SUPLEMENTO

IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.

### AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado:  
**Para publicação no «Boletim da República».**

### SUMÁRIO

Ministério das Pescas:

**Diploma Ministerial n.º 135/2011:**

Aprova as Regras Específicas para a Certificação Sanitária de Produtos Alimentares de Origem Aquática e delega ao Director do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado competência para alterar os anexos das Regras Específicas de Certificação Sanitária de Produtos Alimentares de Origem Aquática.

Ministério da Função Pública:

**Despacho:**

Cria a Comissão de Avaliação de Documentos da Secretaria Distrital de Macomia.

### MINISTÉRIO DAS PESCAS

**Diploma Ministerial n.º 135/2011**

**de 27 de Maio**

Havendo necessidade de estabelecer as condições a que deve obedecer o processo de certificação sanitária de produtos alimentares de origem aquática e de rações usadas para animais aquáticos que se destinem ao consumo humano e/ou a serem colocados no mercado, nos termos dos artigos 37 a 40 do Regulamento Geral para o Controlo Hígio-sanitário dos Produtos Alimentares de Origem Aquática, no uso da competência

conferida pelo artigo 3 do Decreto n.º 76/2009, de 15 de Dezembro, determino:

Artigo 1. São aprovadas as Regras Específicas para a Certificação Sanitária de Produtos Alimentares de Origem Aquática.

Art. 2. É delegada ao Director do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado a competência para alterar os anexos das Regras Específicas de Certificação Sanitária de Produtos Alimentares de Origem Aquática e/ou criar e aprovar novos anexos, sempre que se mostrar necessário e visando adequar às exigências dos mercados.

Art. 3. O Director do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado pode delegar em outras Instituições Públicas competências para emitir documentos de Certificação Sanitária.

Art. 4. Compete ao Director do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado esclarecer as dúvidas que surgirem na aplicação do presente diploma.

Art. 5. O presente Diploma Ministerial entra em vigor à data da sua publicação.

Ministério das Pescas, em Maputo, 21 de Janeiro de 2011. –  
O Ministro das Pescas, *Victor Manuel Borges*.

### Regras Específicas para a Certificação Sanitária de Produtos Alimentares de Origem Aquática

#### ARTIGO 1

#### Objecto

As presentes regras específicas estabelecem as condições a que deve obedecer a certificação sanitária de produtos alimentares de origem aquática e de rações usadas para animais aquáticos que se destinem ao consumo humano e/ou a serem colocados no mercado incluindo os que são ou não para a promoção comercial.

#### ARTIGO 2

#### Definições

1. Circulação interna: o movimento, inter-distrital, de produtos da pesca e de rações, acondicionados ou não em meios de transporte.

2. Inspecção de produtos da Pesca e Rações: conjunto de acções de controlo oficial e fiscalização que permitem medir, examinar, testar e analisar uma ou mais características de um produto a fim de verificar o cumprimento das normas ou requisitos legais com o objectivo de assegurar a colocação de alimentos seguros no mercado.

3. Lote de exportação: lote ou conjunto de lotes destinados à exportação e apresentados à inspecção para serem transportados ao mesmo tempo num mesmo meio de transporte, para o mesmo destino.

4. Lote de importação: lote ou conjunto de lotes de produtos alimentares de origem aquática ou de rações para animais aquáticos que se destinem ao consumo humano, que entram no território nacional, para a sua colocação no mercado interno.

5. Lote: conjunto de unidades de produtos alimentares de origem aquática e rações para animais aquáticos destinados ao consumo humano, produzido, fabricado ou acondicionado em circunstâncias praticamente idênticas num período determinado, que apresenta, características comuns, tais como a origem, a variedade, o tipo de embalagem, o embalador, o expedidor ou a marcação e rotulagem.

6. Produto congelado: qualquer produto da pesca processado que tenha sido submetido a um processo pelo qual a temperatura no centro do produto tenha sido reduzida rapidamente a uma temperatura igual ou inferior a 18 graus celsius negativos após a estabilização térmica.

7. Produto pré-cozido: produto transformado sujeito a uma aplicação de um tratamento térmico durante um período de tempo muito breve, não sendo usado com objectivo de cozinhar o produto.

8. Produto defumado/fumado: produto transformado, sujeito a uma aplicação de um tratamento por fumagem através de fumo proveniente da madeira com objectivos de, transmitir um aroma a fumo, obtenção de um produto parcialmente seco, e extensão do tempo de prateleira do produto comparativamente com uma conservação nas mesmas condições.

9. Produto marinado: produto transformado, sujeito a uma preparação culinária no qual o produto matura normalmente numa solução ácida ou básica, ou outra, e nas quais se integram vários ingredientes.

10. Produto panado: produto transformado, sujeito a uma preparação culinária na qual existe um envolvimento da matéria-prima com polme e pão ralado, para além de outros ingredientes, seguido de uma pré-fritura, destinando-se todavia a ser cozinhado pelo consumidor antes de consumir.

11. Produto Pasteurizado: Produto transformado, sujeito a uma aplicação de um tratamento térmico num intervalo de temperatura entre os 70°C e os 95°C, e sujeito a uma conservação subsequente pelo frio.

12. Produto processado: qualquer produto da pesca, associado ou não a outro género alimentício, que tenha sido submetido a uma operação que altere a sua integridade anatómica, tal como evisceração, descabeçamento, corte, filetagem ou pedaços, ou que tenha sido submetido a um processo químico, físico, tal como refrigeração, congelação, aquecimento, defumação, salga, secagem, marinado, tratamento químico.

13. Produto salgado: produto transformado, sujeito a uma aplicação de um tratamento com sal (cloreto de sódio de

qualidade alimentar) ou salmoura, para baixar o teor de água na carne do pescado.

14. Produto seco: todo o produto da pesca sujeito a um processo de redução do teor de humidade na carne por exposição deste ao ar circulante.

15. Quarentena de pescado vivo: período de tempo, necessário para a observação e verificação da condição de vitalidade, doença ou outro, dos produtos da pesca vivos.

16. Refrigeração: processo que consiste em baixar a temperatura de produtos da pesca, até uma temperatura próxima da do gelo fundente, mas sem congelar.

### ARTIGO 3

#### Âmbito material e pessoal

1. As presentes regras específicas aplicam-se a todos os produtos alimentares de origem aquática e rações usadas para animais aquáticos que se destinem ao consumo humano e para a colocação no mercado externo e interno, incluindo os que são ou não para a promoção comercial.

2. Aplicam-se a pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que se dedicam às actividades de comercialização ou colocação no mercado de produtos alimentares de origem aquática e de rações usadas para animais aquáticos que se destinem ao consumo humano.

### ARTIGO 4

#### Categorias dos produtos da pesca

1. Segundo a complexidade do processamento e risco sanitário, os produtos alimentares de origem aquática processados agrupam-se nas seguintes categorias:

- a) Categoria I: moluscos bivalves, vivos, frescos ou congelados;
- b) Categoria II: produtos pasteurizados, pré-cozidos, fumados a quente, panados, marinados, seguidos de congelação ou não, que podem ser consumidos com ligeira ou nenhuma cozedura;
- c) Categoria III: produtos de baixa acidez ou acidificados, tratados termicamente em embalagens hermeticamente fechadas também denominados genericamente por conservas;
- d) Categoria IV: produtos salgados, secos e fumados a frio;
- e) Categoria V: produtos congelados;
- f) Categoria VI: crustáceos e peixes vivos ou frescos.

2. A classificação referida no número anterior deve conter a indicação do tipo de produto da pesca produzido como seja camarão, gamba, lagosta, caranguejo, peixe demersal, peixe pelágico e outras espécies de pescado bem como a indicação da sua origem como seja camarão selvagem ou camarão proveniente da aquacultura.

### ARTIGO 5

#### Regras para a colocação no mercado externo

1. São requisitos específicos para a exportação dos produtos alimentares de origem aquática os seguintes:

- a) Terem sido processados em unidades produtivas licenciadas pela Autoridade Competente (possuir licenças sanitárias de funcionamento e/ou autorização sanitária);

- b) Terem sido elaborados a partir de matérias-primas e ingredientes em bom estado de conservação, higiénicos, livre de contaminação ou aditivos químicos não permitidos ou em quantidades superiores às estabelecidas pela legislação nacional e do país importador;
- c) Cumprir com as regras e critérios de controlo aplicáveis aos produtos alimentares de origem aquática;
- d) Serem originários de um local ou zona declarados indemnes de doenças de animais aquáticos;
- e) Terem passado pelos controlos oficiais, devendo para tal apresentar os documentos comprovativos;
- f) Cumprir com o declarado na embalagem, rótulo ou etiqueta segundo normas aplicáveis;
- g) Cumprir com os requisitos hígio-sanitários para a produção de produtos alimentares de origem aquática.

2. Os lotes de produtos alimentares de origem aquática propostos para a exportação classificados de acordo com o artigo 4 das presentes regras específicas devem ser presentes à inspeção sanitária:

- a) 7 dias antes para produtos das categorias de I a V;
- b) 6 horas antes para produtos da categoria VI, devendo a intenção de exportar ser comunicada com uma antecedência mínima de 24 horas.

3. Todos os operadores devem ter um sistema de informação que registe e armazene todos os dados sobre os lotes desde a origem até à colocação no mercado, devendo para tal apresentar à Autoridade Competente os documentos comprovativos de rastreabilidade.

#### ARTIGO 6

##### Documentos de certificação

1. A Autoridade Competente procede à certificação sanitária dos produtos alimentares de origem aquática e de rações usadas para animais aquáticos que se destinem ao consumo humano ou para a colocação no mercado interno ou externo (exportação), incluindo os que são ou não para a promoção comercial.

2. Os documentos de certificação sanitária elaborados, geridos e emitidos pela Autoridade Competente são os seguintes:

- a) Certificado sanitário: destinado para a exportação de produtos em quantidades de comercialização, de amostras de produtos para a promoção comercial e de amostras destinadas a análises laboratoriais fora do país (modelos em anexo 1.ª para o mercado da União Europeia e 1B para Países não membros da União Europeia);
- b) Licença sanitária de importação: destinado a produtos importados (modelos em anexo 2A para efeitos de importação dos produtos da pesca ou ração e 2B emitida após a chegada e inspeção do lote);
- c) Guia de trânsito internacional: destinado aos produtos provenientes de países terceiros em trânsito no território nacional (Anexo 3);
- d) Declaração de Verificação: destinado para produtos que circulem dentro do território nacional (Anexo 4);
- e) Boletim de inspeção: para a saída do país de pequenas quantidades de produtos da pesca sem fins comerciais (Anexo 5).

#### ARTIGO 7

##### Certificado sanitário para a exportação

A Autoridade Competente emite o Certificado Sanitário para a exportação de acordo com o tipo de produto e o mercado de destino para os lotes que cumpram as exigências estabelecidas para a exportação e para a promoção comercial definidas no artigo 8 das presentes regras específicas.

#### ARTIGO 8

##### Produtos para promoção comercial

1. São considerados produtos para promoção comercial os lotes de produtos da pesca embalados e com peso total superior a quatro quilogramas e inferior a vinte e cinco quilogramas para todas as espécies.

2. A saída do país com produtos da pesca para promoção comercial só é permitida às entidades que se encontrem inscritas como exportadoras ou aprovadas pela Autoridade Competente como produtoras de produtos alimentares de origem aquática, mediante a apresentação de comprovativos que atestem a participação em feiras ou a necessidade de prospecção de novos mercados.

3. Por cada ano civil cada entidade interessada só poderá solicitar a aprovação e certificação de até 5 lotes de promoção comercial de produtos alimentares de origem aquática.

#### ARTIGO 9

##### Amostras para análises laboratoriais

1. As amostras para exame ou análise laboratorial fora do país carecem de certificado sanitário a ser emitido pela Autoridade Competente.

2. A Autoridade Competente emite Certificados Sanitários de acordo com o tipo de produto e o país de destino para o envio de amostras para análises que tenham como propósito tanto o controlo oficial como o auto-controlo.

#### ARTIGO 10

##### Regras para a importação

1. Os produtos alimentares de origem aquática, de peso superior a 10 quilogramas, para a sua entrada em território nacional, carecem de licença sanitária de importação, a ser emitida pela Autoridade Competente de Moçambique.

2. A importação de rações para animais aquáticos destinados ao consumo humano carece de Licença Sanitária de importação a ser emitida pela Autoridade Competente, independentemente das suas quantidades.

3. O processo de emissão de Licença Sanitária de importação deve ser precedido pela emissão da Licença Sanitária Provisória de importação.

4. São requisitos para a importação de produtos alimentares de origem aquática e de rações para animais aquáticos que se destinem ao consumo humano, os seguintes:

- a) Cumprir as exigências hígio-sanitárias contidas no Diploma Ministerial n.º 145/2010, de 24 de Agosto sobre os Requisitos Hígio-sanitários para a Produção de Alimentos de Origem Aquática;

- b) Apresentar o certificado sanitário do país de origem, que atesta que o produto está apto para o consumo humano;
- c) Serem transportados em meios de transporte que garantam uma protecção adequada do lote transportado, de modo a prevenir a contaminação ou outros danos que possam derivar de agentes atmosféricos ou outros agentes ambientais;
- d) Cumprir com as regras e critérios dos controlos oficiais aplicáveis aos produtos alimentares de origem aquática;
- e) Serem provenientes de um local ou zona declarados indemnes de doenças de animais aquáticos.

5. A Autoridade Competente poderá exigir que o importador apresente provas formais adicionais que atestem o cumprimento das exigências indicadas no número anterior.

6. Para os lotes de produtos alimentares de origem aquática importados deve-se solicitar a inspecção do produto, com antecedência mínima de 5 dias para efeitos de emissão da respectiva licença sanitária.

7. Após a chegada no território nacional o lote deve ser armazenado em local apropriado e licenciado pela Autoridade Competente.

8. Os animais vivos estão sujeitos às normas de quarentena em território nacional sob a responsabilidade do importador. A Autoridade Competente procede à supervisão da quarentena.

#### ARTIGO 11

##### **Trânsito internacional de produtos da pesca**

Para os produtos da pesca provenientes de países terceiros, em trânsito no território nacional, nos termos do artigo 40 do Regulamento Geral para o Controlo Hígio-sanitário dos Produtos Alimentares de Origem Aquática, a Autoridade Competente emite uma Guia de Trânsito cuja apresentação é obrigatória junto das autoridades alfandegárias.

#### ARTIGO 12

##### **Circulação interna de produtos da pesca**

1. A circulação interna de produtos da pesca deve ser realizada de acordo com as exigências sanitárias contidas no Regulamento Geral para o Controlo Hígio-sanitário dos Produtos Alimentares de Origem Aquática, no seu artigo 38.

2. A Autoridade Competente emite uma Declaração de Verificação para lotes com peso superior a 20 quilogramas.

3. A Autoridade Competente pode inspeccionar a qualquer momento o conteúdo ou a documentação dos lotes durante o seu trânsito dentro do país, sem prejuízo da legislação nacional vigente sobre a saúde pública.

#### ARTIGO 13

##### **Produtos sem fins comerciais**

1. São considerados produtos sem fins comerciais, os produtos da pesca embalados, com peso máximo de quatro quilogramas por produto e peso total não superior a seis quilogramas.

2. A Autoridade Competente emite o Boletim de Inspecção para efeitos de saída de produtos sem fins comerciais, sem prejuízo das regras de aceitação do país de destino.

3. É obrigatória a apresentação do Boletim de Inspecção nos postos fronteiriços, sempre que se pretenda transportar para fora do país produtos sem fins comerciais.

#### ARTIGO 14

##### **Controlo Alfandegário**

As autoridades alfandegárias nos diferentes portos, aeroportos ou postos fronteiriços do país, devem, nos termos do artigo 41 do Regulamento Geral para o Controlo Hígio-sanitário dos Produtos Alimentares de Origem Aquática, aprovado pelo Decreto n.º 76/2009, de 15 de Dezembro, exigir a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certificado Sanitário ao exportador;
- b) Licença Sanitária ao importador; e
- c) Boletim de Inspecção ao transportador de produtos sem fins comerciais.

## Anexo 1A – Atinente ao Artigo 6

**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DAS PESCAS**

**INSTITUTO NACIONAL DE INSPECÇÃO DO PESCADO**

Rua Bagamoyo 143, C. postal 4140 Maputo, fax: +25821315230, tel: +258-21-315226/8 email-inip@inip.gov.mz

**CERTIFICADO SANITÁRIO/ HEALTH CERTIFICATE**

Para as exportações de produtos da pesca destinados ao consumo humano/ for exports of fishery products intended for human consumption

**PAÍS/ COUNTRY MOÇAMBIQUE Certificado Veterinário para U.E./Veterinary certificate to E.U.**

**Part I: Detalhes relativos à remessa expedida/ Details of dispatched consignment**

|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
| I.1. Expedidor/ Consignor<br>Nome/ Name<br>Endereço/Address<br>Código postal/ Postal Code<br>Tel. N.º/ Tel. n.º  |   | I.2. N.º de referência do certificado<br>Certificate reference number                              | 1.2a                                     |
|  |   | I.3. Autoridade Central Competente/ Central Competent Authority                                    |  |
|  |   | 1.4 Autoridade local competente/<br>Local Competent Authority                                      |  |
| I.5. Destinatário/ Consignee<br>Nome/ Name<br>Endereço/ Address<br>Código postal/ Postal Code<br>Tel. n.º/ Tel. N.º  |   |  | 1.6.                                     |
| I.7. País de origem/ Country of Origin<br>Código ISO/ ISO Code   | I.8. Região de origem/ Region of origin<br>Código/ Code | I.9. País de destino/ Country of destination<br>Código ISO/ ISO Code                               | 1.10.                                    |
| I.11. Local de origem/Place of Origin<br>Nome/ Name<br>Endereço/ Address   |   |  | 1.12.                                    |
|  |   |  | Número de aprovação/ Approval Number     |
| I.13. Local de carregamento/ Place of loading  |   | I.14. Data de partida/ Date of departure   |  |
| I.15. Meios de transporte/ Means of transport<br>Avião/ Aeroplane <input type="checkbox"/> Navio/ Ship <input type="checkbox"/> Vagão ferroviário/ Railway Wagon <input type="checkbox"/><br>Veículo rodoviário/ Road vehicle <input type="checkbox"/> Outro/ Other <input type="checkbox"/><br>Identificação/ Identification:<br>Referência documental/ Documentary References: |   | I.16. PIF de entrada na UE/ Entry BIP in EU  |  |
|  |   | 1.17.  |  |
| I.18.Descrição da mercadoria/ Description of commodity   |   | I.19. Código do produto (Código SH)/<br>Commodity Code (HS Code)                                   | I.20. Quantidade/<br>Quantity            |
| I.21. Temperatura dos produtos/ Temperature of product<br>Ambiente/ Ambient <input type="checkbox"/> De refrigeração/ Chilled <input type="checkbox"/> De congelação/ Frozen <input type="checkbox"/>  |   | I.22. Número de embalagens/ Number of Packages   |  |
| I.23. N.º do selo e n.º do contentor/ Identification of container- Seal Number   |   | I.24. Tipo de embalagem/ Type of packaging   |  |
| I.25. Mercadorias certificadas para/ Commodities certified for /:<br>Consumo humano/ Human Consumption <input type="checkbox"/>  |   |  |  |
| 1.26.  |   | I.27.Para importação ou admissão na UE<br>For import or admission into EU <input type="checkbox"/> |  |
| I.28. Identificação das mercadorias/ Identification of the commodities   |   |  |  |
| Espécie(Designação científica)   | Natureza da mercadoria                                  | Tipo de tratamento   | Número de aprovação dos estabelecimentos |
|  |   |  | Número de embalagens                     |
|  |   |  | Peso líquido                             |
|  |   |  | Instalação de fabrico                    |
| Species (scientific name)  | Nature of commodity                                     | Treatment type   | Approval Number of establishments        |
|  |   |  | Number of Packages                       |
|  |   |  | Net weight                               |
|  |   |  | Manufacturing plant                      |





**PAÍS/COUNTRY** **MOÇAMBIQUE**  
**Part II: Certificação/ Certification**

**Anexo 1A – Atinente ao Artigo 6**  
**Produto da Pesca/ Fishery Products**

|   |  |   |
|---|--|---|
| <b>II. Atestado de sanitário/Health attestation</b>   | <b>II.a. Número de referência do certificado/ Certificate reference number:</b>  | <b>II.b</b>   |
| <p><b>II.1. Atestado de saúde pública</b><br/>         Eu, abaixo assinado, declaro conhecer as disposições pertinentes dos Regulamentos (CE) n.º 178/2002, (CE) n.º 852/2004, (CE) n.º 853/2004 e (CE) n.º 854/2004 e certifico que os produtos da pesca acima descritos foram produzidos em conformidade com esses requisitos, em especial que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- provêm de estabelecimentos que aplicam um programa baseado nos princípios HACCP em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 852/2004,</li> <li>- foram capturados e manuseados a bordo de navios, desembarcados, manuseados e, se for caso disso, preparados, transformados, congelados e descongelados de forma higiénica, em conformidade com os requisitos fixados nos capítulos I e IV da secção VIII do anexo III do Regulamento (CE) n.º 853/2004,</li> <li>- satisfazem as normas sanitárias fixadas no capítulo V, da secção VIII do anexo III do Regulamento (CE) n.º 853/2004 e os critérios do Regulamento (CE) n.º 2073/2005 relativo aos critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios,</li> <li>- foram embalados, armazenados e transportados em conformidade com a secção VI a VIII da secção VIII do anexo III do Regulamento (CE) n.º 853/2004,</li> <li>- foram marcados em conformidade com a secção I do anexo II do Regulamento (CE) n.º 853/2004,</li> <li>- estão satisfeitos as garantias que abrangem os animais vivos e os produtos deles derivados, se provenientes da aquicultura, fornecidas pelos planos de controlo de resíduos apresentados em conformidade com a Directiva 96/23/CE, nomeadamente o artigo 29.º, e</li> <li>- foram submetidos, com resultados satisfatórios, aos controlos oficiais estabelecidos no anexo III do Regulamento (CE) n.º 854/2004.</li> </ul> <p><b>II.2. (1) (2) (3) (4) Atestado de sanidade animal para peixes e crustáceos provenientes da aquicultura</b><br/> <b>II.2.1. (1) (2) (3) (4) [Requisitos para espécies sensíveis a síndrome ulcerativa epizootica (SUE), necrose hematopoiética epizootica (NHE), síndrome de Taura e doença da cabeça amarela]</b><br/>         O abaixo assinado, inspector oficial, Certifica que os animais de aquicultura ou produtos derivados referidos na parte I do presente certificado:</p> <p>(1) são originários de um país/território, uma zona ou compartimento declarados endemnes de (1) [SUE] (1) [NHE] (1) [síndrome de taura] (1) [doença da cabeça amarela] em conformidade com o capítulo VII da directiva 2006/88/CE ou a norma pertinente da OIE pela Autoridade Competente do seu país,</p> <p>(i) em que as doenças relevantes são notificáveis a autoridade competente e os serviços oficiais devem investigar imediatamente qualquer suspeita de infecção pela doença em causa,</p> <p>(ii) toda a introdução de espécies sensíveis às doenças em causa procede de uma zona declarada indemne da doença, e</p> <p>(iii) as espécies sensíveis às doenças em causa não estão vacinadas contra essas doenças].</p> <p><b>II.2.2. (1) (2) (3) (4) [Requisitos para espécies sensíveis a septicémia hemorrágica viral (SHV), necrose hematopoiética infecciosa (NHI), anemia infecciosa do salmão (AIS), herpesvírose da carpa – koi (KHV) e doença da mancha branca destinadas a um Estado-membro, uma zona ou um compartimento declarados indemnes destas doenças ou sujeitos a um programa de vigilância ou de erradicação da doença em causa]</b><br/>         O abaixo assinado, inspector oficial, Certifica que os animais de aquicultura ou produtos derivados referidos na parte I do presente certificado:</p> <p>(1) são originários de um país/território, uma zona ou compartimento declarados indemnes de (1) [SHV] (1) [NHI] (1) [AIS] (1) [KHV] (1) [doença da mancha branca] em conformidade com o capítulo VII da directiva 2006/88/CE ou a norma pertinente da OIE pela Autoridade Competente do seu país,</p> <p>(i) em que as doenças relevantes são notificáveis a autoridade competente e esta deve investigar imediatamente qualquer suspeita de infecção pela doença em causa,</p> <p>(ii) toda a introdução de espécies sensíveis às doenças em causa procede de uma zona declarada indemne da doença, e</p> <p>(iii) as espécies sensíveis às doenças em causa não estão vacinadas contra essas doenças].</p> <p><b>II.2.3. Requisitos relativos ao transporte e à rotulagem</b><br/>         O abaixo assinado, inspector oficial, Certifica que:</p> <p><b>II.2.3.1.</b> Os animais de aquicultura acima referidos são mantidos em condições, incluindo no que se refere a qualidade da água que não alteram o seu estatuto sanitário;</p> <p><b>II.2.3.2.</b> O contentor ou navio-tanque de transporte é limpo e desinfectado antes do carregamento ou nunca foi utilizado e</p> <p><b>II.2.3.3.</b> A remessa é identificada por um rótulo legível aposto no exterior do contentor ou, quando transportada, no navio-tanque, no manifesto do navio, contendo a informação pertinente referida nas casas I.7 a I.11 na parte I do presente certificado e a seguinte declaração:</p> <p><b>"(1) [fish] (1) [peixe] (1) [crustaceans] destinados ao consumo humano na comunidade"</b></p> | <p><b>II.1. (1) Public health attestation</b><br/>         I, the undersigned, declare that I am aware of the relevant provisions of regulations (EC) No 178/2002, (EC) No 852/2004, (EC) No 853/2004 and (EC) No 854/2004 and certify that the fishery products described above were produced in accordance with those requirements, in particular that they:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- come from (an) establishment(s) implementing a programme based on the HACCP principles in accordance with Regulation (EC) No 852/2004,</li> <li>- have been caught and handled on board vessels, landed, handled and where appropriate prepared, processed, frozen and thawed hygienically in compliance with the requirements laid down in Section VIII, Chapters I to IV of Annex III to Regulation (EC) No 853/2004,</li> <li>- satisfy the health standards laid down in Section VIII, Chapter V of Annex III to Regulation (EC) No 853/2004 and the criteria laid down in Regulation (EC) No 2073/2005 on microbiological criteria for foodstuffs,</li> <li>- have been packaged, stored and transported in compliance with Section VIII, Chapters VI to VIII of Annex III to Regulation (EC) No 853/2004,</li> <li>- have been marked in accordance with Section I of Annex II to Regulation (EC) No 853/2004</li> <li>- the guarantees covering live animals and products thereof, if from aquaculture origin, provided by the residue plans submitted in accordance with Directive 96/23/EC, and in particular Article 29 thereof, are fulfilled; and</li> <li>- have satisfactorily undergone the official controls laid down in Annex III to Regulation (EC) No 854/2004.</li> </ul> <p><b>II.2. (1) (2) (3) (4) Animal health attestation for fish and crustaceans of aquaculture origin</b><br/> <b>II.2.1. (1) (2) (3) (4) [Requirements for susceptible species to Epizootic ulcerative syndrome(EUS), Epizootic haematopoietic necrosis(ENH), Taura syndrome and Yellowhead disease]</b><br/>         I, the undersigned official inspector, Hereby certify that the aquaculture animals or products thereof referred to in Part I of this certificate:</p> <p>(1) Originate from country/territory, zone or compartment declared free from (1) [EUS] (1) [ENH] (1) [Taura syndrome] (1) [yellowhead disease] in accordance with chapter VII of Directive 2006/88/EC or the relevant OIE Standard by the competent authority of my country,</p> <p>(i) Where the relevant diseases are notifiable to the competent authority and reports of suspicion of infection of the relevant disease must be immediately investigated by the official services,</p> <p>(ii) all introduction of species susceptible to the relevant diseases come from an area declared free of the disease, and (iii) Species susceptible to the relevant diseases are not vaccinated against the relevant diseases]</p> <p><b>II.2.2. (1) (2) (3) (4) Requirements for species susceptible to Viral haemorrhagic septicaemia(VHS), infectious haematopoietic necrosis(IHN), Infectious salmon anaemia(ISA), Koi herpes virus (KHV) and white spot disease intended for a member State, zone or compartment declared disease free or subject to a surveillance or eradication programme for the relevant disease]</b><br/>         I, the undersigned official inspector, hereby certify that the aquaculture animals or products thereof referred to in Part I of this certificate:</p> <p>(1) Originate from country/territory, zone or compartment declared free from (1) [VHS] (1) [IHN] (1) [ISA] (1) [KHV] (1) [White spot disease] in accordance with chapter VII of Directive 2006/88/EC or the relevant OIE Standard by the competent authority of my country,</p> <p>(i) Where the relevant diseases are notifiable to the competent authority and reports of suspicion of infection of the relevant disease must be immediately investigated by the competent authority,</p> <p>(ii) all introduction of species susceptible to the relevant diseases come from an area declared free of the disease, and (iii) Species susceptible to the relevant diseases are not vaccinated against the relevant diseases]</p> <p><b>II.2.3. Transport and labelling requirements</b><br/>         I, the undersigned official inspector, hereby certify that:</p> <p><b>II.2.3.1</b> the aquaculture animals referred to above are placed under conditions, including with a water quality, that to not alter their health status;</p> <p><b>II.2.3.2</b> the transport container or well boat prior to loading is clean and disinfected or previously unused; and</p> <p><b>II.2.3.3</b> the consignment is identified by a legible label on the exterior of the container, or when transported by well boat, in the ship's manifest, with the relevant information referred to in boxes I.7 to I.11 of Part I of this certificate, and the following statement:</p> <p><b>"(1) [fish] (1) [Crustaceans] intended for human consumption in the community"</b></p> |   |
| <p><b>Notas</b><br/> <b>Parte I:</b></p> <p>— Casa I.8: Região de origem: no caso de moluscos bivalves congelados ou transformados, indicar a área de produção</p> <p>— Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição.</p> <p>— Casa I.15: Número de registo/matricula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Devem ser fornecidas informações separadas em caso de descarregamento e recarregamento.</p> <p>— Casa I.19: Utilizar os códigos SH adequados: 03.01, 03.02, 03.03, 03.04, 03.05, 03.06, 03.07, 05.11.91, 15.04, 15.18.00, 16.03, 16.04, 16.05.</p> <p>— Casa I.23: Identificação do contentor/Número do selo: quando o selo tiver um número de série, este deve de ser indicado.</p> <p>— Casa I.28: Natureza do produto: especificar se proveniente da aquicultura ou de origem selvagem. Tipo de tratamento: especificar se vivo, refrigerado, congelado, transformado. Unidade de fabrico: inclui navio-fábrica, navio congelador, entreposto frigorífico, unidade de transformação.</p>   | <p><b>Notas</b><br/> <b>Parte I:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Box reference I.8: Region of origin: For frozen or processed bivalve molluscs, indicate the production area.</li> <li>- Box reference I.11: Place of origin: name and address of the dispatch establishment.</li> <li>- Box reference I.15: Registration number (railway wagons or container and lorries), flight number (aircraft) or name (ship). Separate information is to be provided in the event of unloading and reloading.</li> <li>- Box reference I.19: use the appropriate HS codes: 03.01, 03.02, 03.03, 03.04, 03.05, 03.06, 03.07, 05.11.91, 15.04, 15.18.00, 16.03, 16.04, 16.05.</li> <li>- Box reference I.23: Identification of container/seal number; Where there is a serial number of the seal it has to be indicated.</li> </ul> <p>Box reference I.28: Nature of commodity: specify whether aquaculture or wild origin.<br/>         Treatment type: Specify whether live, chilled, frozen, processed.<br/>         Manufacturing plant: includes factory vessel, freezer vessel, cold store, processing plant.</p>  |   |
| <p><b>Parte II:</b></p> <p>(1) A parte II.1 do presente certificado não se aplica a países com requisitos de certificação especiais de saúde pública estabelecidos em acordos de equivalência ou noutra legislação comunitária.</p> <p>(2) A parte II.2 do presente certificado não se aplica a:</p> <p>a) Crustáceos não viáveis, o que significa crustáceos que não são capazes de sobreviver como animais vivos se devolvidos o ambiente do qual foram obtidos;</p> <p>b) Peixes abatidos eviscerados antes da expedição;</p> <p>c) Animais da aquicultura e produtos derivados colocados no mercado para o consumo humano sem transformação subsequente, desde que sejam embalados em embalagens de venda a retalho que cumprem as disposições do Regulamento (CE) n.º 853/2004 aplicáveis a essas embalagens;</p> <p>d) Crustáceos destinados a estabelecimentos de transformação autorizados em conformidade com o nº2 do artigo 4º da Directiva 2006/88/CE, ou centros de expedição, centros de depuração ou empresas semelhantes, equipados com um sistema de tratamento de efluentes que inative os agentes patogénicos em questão, ou em que o efluente seja objecto de outros tipos de tratamento que reduzam para um nível aceitável o risco de transmissão de doenças às águas naturais;</p> <p>e) Crustáceos destinados a transformação subsequentes antes do consumo humano sem armazenamento temporário no local de transformação embalados e rotulados para esse efeito em conformidade com o regulamento (CE) n.º 853/2004.</p> <p>(3) As partes II.1 e II.2 do presente certificado aplicam-se apenas a espécies sensíveis a uma ou mais doenças referidas no título. As espécies sensíveis estão enumeradas no anexo IV da directiva 2006/88/CE.</p> <p>(4) Riscar o que não interessa.</p> <p>(5) No caso de remessas de espécies sensíveis a SUE, NHE, Síndrome de Taura e/ou doença da cabeça amarela, esta declaração deve ser mantida para que a remessa seja autorizada em qualquer parte da comunidade.</p> <p>(6) Para que a remessa seja autorizada num Estado-membro, numa zona ou num compartimento (casas I.9 e I.10 da parte I do certificado) declarados indemnes de SHV, NHI, AIS, KHV ou doença da mancha branca ou sujeitos a um programa de vigilância ou de erradicação nos termos do nº1 ou do nº2 do artigo 44º da Directiva 2006/88/CE uma destas declarações deve ser mantida se a remessa contiver espécies sensíveis a(s) doença(s) a que se aplicam o estatuto de indemnidade ou os programas. Os dados sobre o estatuto sanitário de cada exploração e zona de exploração de moluscos na comunidade podem ser consultados em: <a href="http://ec.europa.eu/food/animal/liveanimals/aquaculture/index_en.htm">http://ec.europa.eu/food/animal/liveanimals/aquaculture/index_en.htm</a> -o carimbo e a assinatura devem ser de uma cor diferente da utilizada nas outras menções do certificado</p>  | <p><b>Parte II:</b></p> <p>(1) Part II.1 of this certificate does not apply to countries with special public health certification requirements laid down in equivalence agreements or other Community legislation.</p> <p>(2) Part II.2 of this certificate does not apply to:</p> <p>(a) Non-viable crustaceans, which means crustaceans no longer able to survive as living animals if returned to the environment from which they were obtained,</p> <p>(b) Fish which are slaughtered and eviscerated before dispatch</p> <p>(c) Aquaculture animals and products thereof, which are placed on the market for human consumption without further processing, provided that they are packed in retail-sale packages which comply with the provisions for such packages in Regulation (EC) No 853/2004,</p> <p>(d) Crustaceans destined for processing establishments authorised in accordance with article 4 (2) of Directive 2006/88/EC, or for dispatch centres, purification centres or similar businesses which are equipped with an effluent treatment system inactivating the pathogens in question, or where the effluent is subject to other types of treatment reducing the risk of transmitting diseases to the natural waters to an acceptable level,</p> <p>(e) Crustaceans which are intended for further processing before human consumption without temporary storage at the place of processing and packed and labelled for that purpose in accordance with Regulation (EC) No 853/2004.</p> <p>(3) Parts II.1 and II.2 of this certificate only apply to species susceptible to one or more of the diseases referred to in the title. Susceptible species are listed in annex IV to directive 2006/88/EC.</p> <p>(4) Keep as appropriate.</p> <p>(5) For consignments species susceptible to EUS, ENH, Taura syndrome and/or yellowhead disease this statement must be kept for the consignment to be authorised into any part of the Community.</p> <p>(6) To be authorised into a Member State, zone or compartment (boxes I.9 and I.10 of Part I of the certificate) declared free from VHS, IHN, ISA, KHV or white spot disease or with a surveillance or eradication programme established in accordance with article 44 (1) or (2) of Directive 2006/88/EC, one of these statements must be kept if the consignment contain species susceptible contain species susceptible to the disease(s) for which disease(s) for which disease freedom or programme(s) applies(ies). Data on the disease status of each farm and mollusc farming area in the Community are accessible at <a href="http://ec.europa.eu/food/animal/liveanimals/aquaculture/index_en.htm">http://ec.europa.eu/food/animal/liveanimals/aquaculture/index_en.htm</a></p> <p>- The colour of the stamp and signature must be different from that of the most particulars in the certificate.</p>   |   |
| <p><b>Inspector oficial/ Official Inspector:</b></p> <p>Nome (em maiúsculas/ Name (in capitals letters):</p> <p>Data/ Date:</p> <p>Carimbo/ Stamp</p>   | <p><b>Qualificações e cargo/ Qualification and title</b></p> <p><b>Assinatura /Signature :</b></p>   |  |

## Anexo 1B – Atinente ao Artigo 6



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DAS PESCAS**

**MINISTRY OF FISHERIES/MINISTÈRE DE LA PÊCHE/MINISTERIO DE PESCA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INSPECÇÃO DO PESCADO**

NATIONAL INSTITUTE OF FISH INSPECTION/ INSTITUT NATIONAL DE INSPECCION DE LA PECHE/ INSTITUTO NACIONAL DE DE INSPECCION DE PESCA/ INSTITUTO NAZIONALE DI INSPEZIONE DI PESCA

a) \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

**CERTIFICADO SANITÁRIO**

(HEALTH CERTIFICATE/ CERTIFICAT DE QUALITÉ/ CERTIFICADO SANITÁRIO/ CERTIFICATO SANITÁRIO)

De acordo com os padrões e procedimentos estabelecidos para o controlo da qualidade dos produtos pesqueiros destinados à exportação, e aplicação do Decreto n.º 76/2009, de 15 de Dezembro, aqui se declara ter-se inspecionado o lote abaixo se descreve, encontrando-se o mesmo de boa e consistente qualidade, salubre, livre de contaminação, adequadamente etiquetado e apto para o consumo humano.

In accordance with the standards and procedures established to control the quality of fishery products proposed for export in application of the Decree 76/2009, of 15 th December, it is here declared duly inspected the lot below described and found it, of good and consistent quality safe, wholesome, free of contamination proper labeled and fit for the human consumption/ D" après la réglementation et procedés établis pour la surveillance de la qualité des produits de la pêche de "l exportation et d" après l" article 39 de la Loi 3/90, du 26 Setembro on certifie avoir inspecté le collis ci-dessous mentionné, lequel est en bon état de qualité sanitaire, compatible l" usage humain et qui est dûment signalé selon les normes de qualité du pays/ En acuerdo con las normas y procedimientos establecidos para el control de la calidad de la productos pesqueros destinados a la exportación, en aplicación de la Ley 3/90, del 26 Setembre se declara aquí haber inspeccionado el lote que más abajo, se describe, encontrando éste de buena y consistente calidade, sano, libre de contaminación peligrosa, apropiadamente etiquetado y apto para le consumo humano.

**DADOS DO EXPORTADOR** (exporter date/information sur l"exportateur/ datos del exportador)

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_

(name/nom/nombre)

Código do Exportador: \_\_\_\_\_ N.º do Documento Único da Alfândega: \_\_\_\_\_

(code of exporter/code de l" exporteur del exportador)

(custom document N.º/N.º de document de l" aduane/N.º de document de aduane)

Endereço: \_\_\_\_\_

(address/adresse/direccion)

**DESCRIÇÃO GENÉRICA DO LOTE**

N.º de Registo do estabelecimento: \_\_\_\_\_

(establishment register number/ numero d'envergissement/numero de registo de estabelecimento)

Nome comercial do produto: \_\_\_\_\_

(commercial name/ nom commercial/ nombre comercial)

Nome científico do produto: \_\_\_\_\_

(scientific name/nom scientifique/nombre científico)

Modo de apresentação: \_\_\_\_\_ Método de conservação: \_\_\_\_\_

(presentation/presentation/modo de presentacion)

(method of preservation/methode de conservation/modo de conservacion)

Natureza da embalagem: \_\_\_\_\_

(Type of packaging/ Nature de l'emballaggio/ Tipo de envasado)

Peso líquido do lote: \_\_\_\_\_ N.º de embalagem 2.ª: \_\_\_\_\_

(Net weigh/ Poids net/netto)

(N.º packing/ N.º collis/ N.º bultos)

Qualidade do lote: \_\_\_\_\_

(quality of the lot/ qualite du lot/ calidaddel lote)

País de origem: \_\_\_\_\_ País de chegada: \_\_\_\_\_

(country of origen/ paps d" original/ pais de origen)

(coutry of arrive/ pays de destination/ pais de destino)

Data de despacho: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nome de transporte: \_\_\_\_\_

(date os shipment/ date de de pechet/ fecha de despacho)

(name or nom tranport/ nombre transporte)

Porto de embarque: \_\_\_\_\_ Fronteira de chegada: \_\_\_\_\_

(port of loading/ port d" expedition/ puerto de despacho)

(port of arrival/ port de destination/ puerto de destino)

Nome do destinatário: \_\_\_\_\_

Meio de transporte: marítimo ☐

aéreo ☐

terrestre ☐

(means of shipment/ moyen de transport/ medio de transporte)

Observações: \_\_\_\_\_

(note/ remarke/ Observacion)

CERTIFICADO VÁLIDO ATÉ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(date of expiration/ date de validite/ fecha del expiracion)

\* Detalhes na Página 2

a) Organismo emissor

Anexo 1B – Atinente ao artigo 6

DESCRIÇÃO DETALHADA DO LOTE

| BARCO/ESTABELECIMENTO QUE PROCESSA |                | PRODUTO |               | EMBALAGEM PRIMÁRIA | EMBALAGEM SECUNDÁRIA (MASTER CARTON) |           |   | PESO LÍQUIDO TOTAL |
|------------------------------------|----------------|---------|---------------|--------------------|--------------------------------------|-----------|---|--------------------|
| NOME                               | N.º DE REGISTO | ESPÉCIE | CLASSIFICAÇÃO | PESO LÍQUIDO       | MARCA/ CÓDIGOS                       | N.º TOTAL | N.º DE EMBALAGENS PRIMÁRIAS NAS SECUNDÁRIAS |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
|                                    |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |
| TOTAL                              |                |         |               |                    |                                      |           |   |                    |

Observações:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

....., aos ..... de ..... de 201.....

.....

O Inspector Oficial  
(official inspector/ linspecteur official/ Inspector oficial)





## Anexo 2A – Atinente ao artigo 6



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DAS PESCAS**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INSPECÇÃO DO PESCADO**

a) \_\_\_\_\_

**LICENÇA SANITÁRIA PROVISÓRIA DE IMPORTAÇÃO**

PARA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES DE ORIGEM AQUÁTICA E DE RAÇÕES  
 USADAS PARA ANIMAIS AQUÁTICOS QUE SE DESTINEM AO CONSUMO HUMANO

LICENÇA N.º \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**DADOS DO IMPORTADOR**

Nome do Importador: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

C. Postal N.º \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

N.º de Registo do Importador: \_\_\_\_\_

N.º do Documento Único da Alfândega \_\_\_\_\_

De acordo com o Pedido N.º \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ e segundo as atribuições e competências estabelecidas no Decreto n.º 76/2009, de 15 de Dezembro, autoriza-se o transporte da mercadoria que a seguir se descreve. O importador deve cumprir adicionalmente com as condições que abaixo se assinalam:

**INFORMAÇÃO SOBRE IMPORTAÇÃO**

Nome comercial do produto: \_\_\_\_\_

Nome científico do produto: \_\_\_\_\_

Modo de apresentação: \_\_\_\_\_ Natureza da embalagem \_\_\_\_\_

|                                       |                          |            |                          |           |                          |
|---------------------------------------|--------------------------|------------|--------------------------|-----------|--------------------------|
| <b>Modo de conservação:</b> Em fresco | <input type="checkbox"/> | Congelados | <input type="checkbox"/> | Marinados | <input type="checkbox"/> |
|---------------------------------------|--------------------------|------------|--------------------------|-----------|--------------------------|

|           |                          |               |                          |         |                          |
|-----------|--------------------------|---------------|--------------------------|---------|--------------------------|
| Conservas | <input type="checkbox"/> | Salgados/seco | <input type="checkbox"/> | Fumados | <input type="checkbox"/> |
|-----------|--------------------------|---------------|--------------------------|---------|--------------------------|

|                    |                          |        |                          |
|--------------------|--------------------------|--------|--------------------------|
| Farinha de pescado | <input type="checkbox"/> | Outros | <input type="checkbox"/> |
|--------------------|--------------------------|--------|--------------------------|

**Descrição do lote:**

N.º de embalagens secundárias: \_\_\_\_\_ Peso unitário da Embalagem secundária: \_\_\_\_\_

Peso bruto de lote: \_\_\_\_\_ tons Peso líquido do lote: \_\_\_\_\_ tons

Marca Comercial/ código de fabrico: \_\_\_\_\_

Produto produzido por: \_\_\_\_\_ Data aproximada de produção: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

País de origem: \_\_\_\_\_

Data aproximada de chegada: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Fronteira de chegada: \_\_\_\_\_

Meios de transporte: marítimo ☐ aéreo ☐ terrestre ☐**Condições:**

Os produtos alimentares de origem aquática e rações usadas para animais aquáticos que se destinem ao consumo humano, só poderão ser comercializados no País uma vez cumpridos os seguintes requisitos:

1. Entrega de uma comunicação imediata por escrito aos serviços acima mencionados da entrada de mercadoria no País e seu lugar de armazenamentos;
2. Apresentação de Certificado Sanitário do país de origem do produto e outros documentos solicitados;
3. Submissão da mercadoria à inspeção e Emissão da Licença Sanitária de Importação pelos agentes oficiais de inspeção do pescado.

Nota:

O produto deve ser transportado sob condições adequadas de conservação e higiene. O importador é responsável pela qualidade sanitária do produto importado.

\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_

b) O Inspector Oficial



a) Organismo emissor

b) Nome/ Função do Inspector Oficial



Anexo 2B – Atinente ao artigo 6

**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DAS PESCAS**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INSPECÇÃO DO PESCADO**

a) \_\_\_\_\_

**LICENÇA SANITÁRIA DE IMPORTAÇÃO**

LICENÇA N.º \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

De acordo com as atribuições e competências outorgadas a este Instituto Nacional de Inspeção do Pescado pelo Decreto n.º 76/2009, de 15 de Dezembro, em relação à inspecção e ao controlo hígio-sanitário dos produtos alimentares de origem aquática e de rações usadas para animais aquáticos que se destinem ao consumo humano declara-se:

Haver inspecionado a mercadoria que abaixo se descreve encontrando-se apropriadamente etiquetada, empacotada, de boa qualidade, de acordo com as normas hígio-sanitárias e aptas ao consumo humano.

**DADOS DO IMPORTADOR**

Nome do Importador: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

C. Postal N.º \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

N.º de Registo do Importador: \_\_\_\_\_

N.º do Documento Único da Alfândega \_\_\_\_\_

**INFORMAÇÃO DA MERCADORIA IMPORTADA**

N.º do Certificado de Sanitário do País Exportador: \_\_\_\_\_

País de Origem: \_\_\_\_\_ N.º do Certificado de Origem: \_\_\_\_\_

Nome científico do produto: \_\_\_\_\_

Nome comercial do produto: \_\_\_\_\_

Modo de apresentação: \_\_\_\_\_

Modo de conservação: Congelados ☐ Conservas ☐ Salgados/seco ☐ Outros ☐

Peso bruto de lote: \_\_\_\_\_ tons Peso líquido do lote: \_\_\_\_\_ tons

N.º de embalagens secundárias: \_\_\_\_\_ Peso Unitário do lote: \_\_\_\_\_

Marca Comercial: \_\_\_\_\_ Qualidade de lote: \_\_\_\_\_

Marca ou Código: \_\_\_\_\_

Data de chegada ao País: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Fronteira de chegada: \_\_\_\_\_

Código de amostragem: \_\_\_\_\_

Emite-se a presente **LICENÇA SANITÁRIA DE IMPORTAÇÃO** por solicitação do interessado e em cumprimento das normas vigentes.

Esta certificação não exclui a intervenção das autoridades sanitárias competentes, de submeter o produto a novo controlo durante a etapa de venda ao consumidor

\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_


b) O Inspector Oficial

a) Organismo emissor



b) Nome/ Função do Inspector oficial



## Anexo 3 – Atinente ao artigo 6


|  |   |
|--|---|
| <p><b>DINIP</b></p> <hr/> <p><b>Guia de Trânsito</b></p> <p>N.º -----/-----</p> <p>Destino: -----<br/>-----<br/>-----</p> <p>Quantidade: -----</p> <p>Valor pago: -----</p> <p>Data: -----/-----/-----</p> | <div data-bbox="906 322 1034 452" style="text-align: center;">  </div> <div data-bbox="667 456 1310 544" style="text-align: center;"> <p>REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE<br/>MINISTÉRIO DAS PESCAS<br/>INSTITUTO NACIONAL DE INSPECÇÃO DO PESCADO</p> </div> <p>a) -----</p> <div data-bbox="756 672 1260 707" style="text-align: center;"> <p><b>Guia de Trânsito Internacional</b></p> </div> <div data-bbox="1013 763 1294 795" style="text-align: right;"> <p>N.º -----/-----</p> </div> <p>De acordo com as competências atribuídas ao Instituto Nacional de Inspeção do Pescado pelo Decreto n.º 76/2009, de 15 de Dezembro, e os requisitos técnicos contidos no Regulamento Geral para o Controlo Higiéico-sanitário dos produtos Alimentares de Origem Aquática, declara-se que o produto discriminado não está sujeito às normas de controlo dos produtos de exportação. O proprietário apresenta um certificado que atesta que o produto apresenta boa qualidade, está livre de contaminação estranha e apto para o consumo humano.</p> <p>Tipo de produto:-----</p> <p>Quantidades: -----Peso líquido ----- N.º de embalagens:-----</p> <p>Lugar de origem: -----</p> <p>Destino: -----</p> <p>Emite-se a presente guia de trânsito internacional por solicitação do (a) Sr.(a): -----</p> <p>Guia de trânsito válida até: -----/-----/-----</p> <p style="text-align: right;">----- , aos de ----- de 200---</p> <p style="text-align: right;">-----</p> <p style="text-align: right;">(b) O Inspector Oficial</p> <p>(a) Organismo Emissor</p> <p>(b) Nome/ Função do Inspector Oficial</p> |
|--|---|

Anexo 4  
Atinente ao artigo 6

|  |  |
|--|--|
| <p><b>DINIP</b></p> <p>_____</p> <p><b>Declaração de Verificação</b></p> <p>N.º _____/_____</p> <p>Nome: _____</p> <p>_____</p> <p>Tipo de produto: _____</p> <p>_____</p> <p>Tipo de embalagem: _____</p> <p>_____</p> <p>Destino: _____</p> <p>_____</p> <p>Peso líquido do lote: _____</p> <p>Peso líquido da embalagem _____</p> <p>_____</p> <p>N.º de embalagem _____</p> <p>Origem _____</p> <p>N.º do recibo: _____</p> <p>Valor: _____ mt</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>_____</p> <p>(b) O Inspector Oficial</p> | <div style="text-align: center;">  <p><b>REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE</b><br/><b>MINISTÉRIO DAS PESCAS</b><br/><b>INSTITUTO NACIONAL DE INSPECÇÃO DO PESCADO</b></p> </div> <p>a) _____</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <p><b>Declaração de Verificação</b></p> </div> <p style="text-align: right;">N.º _____/_____</p> <p>Nome: _____</p> <p>BI N.º _____ Data do pedido: ____/____/____</p> <p>Pretendo transportar para _____ os seguintes produtos da pesca / aquacultura:</p> <p>Tipo de produto _____ Tipo de embalagem _____</p> <p>Peso líquido do lote _____ Peso líquido da embalagem _____</p> <p>_____</p> <p>N.º de embalagens _____ Lugar de origem _____</p> <p>De acordo com as competências atribuídas a este Instituto Nacional de Inspeção do Pescado pelo Decreto n.º 76/2009, de 15 de Dezembro, e os requisitos técnicos contidos no Regulamento Geral para o Controlo Higiéno-sanitário dos Produtos Alimentares de Origem Aquática, declara-se que o produto discriminado está unicamente sujeito à verificação sanitária dos lotes destinados à circulação interna. O proprietário considera que o produto apresenta boa qualidade, está livre de contaminação estranha e apto para o consumo humano.</p> <p>Documento válido por 15 dias a partir da data da sua emissão.</p> <p style="text-align: center;">_____, aos _____ de _____ de 200____</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">(b) O Inspector Oficial</p> <div style="text-align: right;">  </div> |
|--|--|

(a) Organismo Emissor

(b) Nome/ Função do Inspector Oficial

|   |  |
|---|--|
| <p style="text-align: center;"><b>DINIP</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>Boletim de Inspeção</b></p> <p>N.º _____/_____/_____</p><br><p>Nome: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Destino: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p><u>Produto:</u></p> <p>Camarão _____ Kg</p> <p>Peixe _____ Kg</p> <p>Lagosta _____ Kg</p> <p>Caranguejo _____ Kg</p> <p>Moluscos _____ Kg</p> <p>Outros _____ Kg</p><br><p>N.º do recibo: _____</p><br><p>Valor: _____ Mt</p><br><p>Data: ____/____/____</p><br><p>_____<br/>(b) O Inspector Oficial</p> | <div style="text-align: center;">  <p><b>REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE</b><br/><b>MINISTÉRIO DAS PESCAS</b><br/><b>INSTITUTO NACIONAL DE INSPECÇÃO DO PESCADO</b></p> </div> <p>a) _____</p> <div style="text-align: center; border: 2px solid black; padding: 5px; margin: 10px auto; width: 80%;"> <b>Boletim de Inspeção</b> </div> <p style="text-align: right;">N.º _____/_____/_____</p> <p>Nome: _____</p> <p>Passaporte N.º _____ Data do pedido: ____/____/____</p> <p>Pretendo transportar para _____, os seguintes produtos da pesca / aquacultura:</p> <p>         Congelado <input type="checkbox"/>      Salgado <input type="checkbox"/>      Outros <input type="checkbox"/> </p> <p>         Camarão _____ Kg    Peixe _____ Kg    Lagosta _____ Kg       </p> <p>         Caranguejo _____ Kg    Lulas _____ Kg    Outros _____ Kg       </p> <p>De acordo com as competências atribuídas a este Instituto Nacional de Inspeção do Pescado pelo Decreto n.º 76/2009, de 15 de Dezembro, e os requisitos técnicos contidos no Regulamento Geral para o Controlo Higiéico-sanitário dos Produtos Alimentares de Origem Aquática, declara-se que o produto acima discriminado não tem fins comerciais, que não está sujeito às normas de controlo dos produtos comerciais e que pelo seu volume não representa um perigo para a saúde pública.</p> <p>Documento válido por uma semana a partir da data da sua emissão.</p> <p style="text-align: center;">_____, aos _____ de _____ de 200____</p> <p style="text-align: center;">_____<br/>(b) O Inspector Oficial</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;">  </div> |
|---|--|

(a) Organismo Emissor

(b) Nome / Função do Inspector Oficial